

O pan-americanismo, hoje*

Pedro Amaral**

** Escritor, editor de C&p.

O pan-americanismo está historicamente associado a iniciativas de êxito modesto, cujos resultados concretos não estiveram à altura da magnitude de seus propósitos. Impasses e indefinições marcaram as duas classes de iniciativas imbuídas do ideal pan-americanista: aquelas da potência imperial (a que muitos se referem, por sinal, como ‘América’), desejosa de consolidar sua hegemonia na vizinhança, aproveitando e potencializando a disparidade de recursos de poder que lhe favorece; e aquelas das nações periféricas, que ensaiam alternativas para impulsionar seu desenvolvimento e ampliar seu grau de autonomia, seja buscando auferir vantagens provindas de um relação preferencial com a potência hegemônica, seja buscando estreitar os laços de cooperação e solidariedade entre vizinhos igualmente periféricos.

Dentre as mais recentes iniciativas do primeiro tipo, destacam-se a ‘Aliança para o progresso’, proposta pelo presidente John F.

* Texto incluído no catálogo da mostra “O Pan-Americano no cinema”, realizada na Caixa Cultural, Rio de Janeiro, nos dias 17-29 de julho de 2007.

Kennedy em 1961, portanto no auge do empenho de sua administração pelo isolamento do regime cubano; e a ‘Iniciativa das Américas’, apresentada por George Bush, pai, trinta anos passados. Esta seria a matriz da ALCA, projeto que, sob o pretexto de fortalecer a democracia e impulsionar a prosperidade e o desenvolvimento humano na região, criaria uma área de livre-comércio que permitisse a expansão dos investimentos estadunidenses e a liberalização do comércio de bens e serviços (mantendo, contudo, restrições ao deslocamento dos trabalhadores), com vistas à consolidação da hegemonia daquele país – cujo PIB equivale a aproximadamente 70% da riqueza produzida na região – numa grande área de influência continental.

Exemplo de iniciativa do segundo tipo é a Operação Pan-Americana (OPA), proposta por Juscelino Kubitschek a Eisenhower em 1958, e que visava a uma *tradução econômica para a solidariedade política*, ou seja, a realização de uma espécie de Plano Marshall para a América Latina, o qual ajudaria os países da região a superar o estágio de subdesenvolvimento, capacitando-os a fazer frente, como desejavam os norte-americanos, à ‘ameaça antidemocrática do bloco soviético’. Embora o amplo programa de ajuda econômica para a região – semelhante àquele que reerguera a Europa no pós-Segunda Guerra – se tenha realizado apenas nos sonhos do nosso *presidente bossa-nova*, aponta-se como frutos daquela iniciativa a criação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e, em certa medida, o nascimento da Associação Latino-Americana de Livre Comercio (ALALC), bem como a ‘Aliança’ proposta por JFK. Importa sobretudo destacar, no plano-interjeição de JK, a percepção de que a superação do subdesenvolvimento por parte do Brasil não se daria de forma isolada, mas forçosamente no âmbito de um projeto que envolvesse os países vizinhos.

Nessa linha de pensamento, Brasil e Argentina encetaram, com a redemocratização da década de 1980 e o fim das desconfianças mútuas na área estratégico-militar (que dera azo a uma insensata corrida armamentista entre os dois vizinhos), uma aproximação político-econômica baseada na complementariedade entre as duas economias, visando à superação de suas deficiências e a obtenção

de ganhos de escala para que, associados em bloco a Paraguai e Uruguai, pudessem esses países se inserir de forma equilibrada no processo global de liberalização que se lhes impunha. O Mercosul, no entanto, vem à luz num momento, o ano de 1991, em que as duas principais economias do bloco atravessam uma brusca inflexão (que se aprofundaria, no Brasil, a partir de 1994) rumo a um paradigma de adesão irrestrita às chamadas ‘regras da boa governança’ estabelecidas por Washington e pelas instituições financeiras internacionais, o que exige, naquele primeiro momento, a aceleração do processo de desgravação tarifária, inviabilizando desta forma o projeto desenvolvimentista inicial e permeando de disputas comerciais o processo de integração.

Deste modo, não obstante avanços inegáveis (que se traduzem, por exemplo, na expansão do comércio intra-bloco), o Mercado Comum do Sul permanece hoje distante da ambição que seu nome consigna, consistindo apenas numa união alfandegária com tarifa externa comum – esta, por sua vez, ‘perfurada’. Além da desastrosa incursão pela ortodoxia econômica, que contribuiu para a preservação das desigualdades entre países e regiões, vale mencionar, entre as causas do impasse, a lentidão na incorporação pelos Estados-membros de normas acordadas (incluídas as que dispõem sobre a livre circulação da mão-de-obra), e a fragilidade institucional do bloco no que concerne à concertação política. A esse respeito, não se pode deixar de citar as graves crises de confiança geradas pelo governo brasileiro quando da desvalorização do real, e quando da difícil renegociação da República Argentina com os seus credores — momento em que a tecnocracia tupiniquim optou pelo não-envolvimento, para evitar um possível ‘contágio’.

No entanto, quando falamos de obstáculos à integração do Brasil com seus vizinhos, é preciso destacar um aspecto do problema que, por suas próprias características, poucas vezes é tematizado, qual seja, a decidida hostilidade à integração regional por parte das grandes empresas que concentram a produção de informação no país (hostilidade essa, vale lembrar, que não costuma encontrar eco no chamado setor produtivo). Assim, no noticiário internacional veiculado pela mídia brasileira, cujo conteúdo provém básica-

mente de agências transnacionais, “pouco se fala dos países que formam a região, e esse pouco sempre é carregado de um contexto sensacionalista, grotesco, privilegiando o negativo”, como observa o pesquisador Francisco Sant’anna¹. Nesse quadro em que olhamos o vizinho com olhos distantes tomados de empréstimo, Assunção, a capital mais próxima de Brasília, permanece distante do nosso imaginário como Tarawa, no Kiribati. A destoar dessa indiferença, quase sempre a caricatura, o preconceito nutrido pela ignorância, o desprezo do pobre pelo sem dinheiro.

Mais reveladora que a dramatização de celeumas comerciais ocorridas no âmbito do Mercosul, a cobertura que a grande imprensa brasileira vem dando ao que ocorre na Bolívia e na Venezuela expõe o *modus operandi* dessas corporações (essencialmente as mesmas que, há quatro décadas, intervieram na cena política exigindo a derrubada de um presidente democraticamente eleito) quando vêem seus interesses ameaçados, ainda que longinquamente, pelo desenrolar dos acontecimentos no entorno regional — nos casos em referência, o *mau exemplo* proviria da insubordinação dos mandatários vizinhos frente às exigências das grandes corporações e da burguesia local a elas associada.

Assim, abandonando em larga escala preceitos básicos do jornalismo, como o dever de expor o contraditório, nossa grande mídia têm privado seus consumidores, dentre eles a classe dirigente, da possibilidade de formar seu próprio juízo a respeito do que se passa naqueles países, cujo contexto político-econômico ignoravam e seguem ignorando (quem ouviu falar no *caracazo* de 1989? Ou na Guerra da Água ocorrida em Cochabamba em 2000? Ou no plebiscito boliviano de 2004?), restando-lhes o consumo hipnótico de caricaturas que apenas aprofundam velhos preconceitos.

O movimento das placas tectônicas – lento se comparado à duração das vidas humanas – permite prever que a América Latina será, ainda por muito tempo, a nossa circunstância geográfica. O que significa dizer que, por um lado, como ocorre em qualquer

¹ Cf. <http://www.cebela.org.br/CBrevistaCePDet.asp?revista=50>

vizinhança, os problemas *deles* tenderão a nos afetar e vice-versa; e que, por outro lado, a proximidade continuará a ensejar a percepção de nossas identidades (e também de nossas diferenças), e a busca de soluções comuns para desafios comuns. Assim, visto que a integração se faz necessária e, em certa medida, inevitável, podemos prever, ainda, a sobrevivência do ideal pan-americanista, aquele que significa libertação, crescimento, e não subalternidade e atraso. No entanto, a renovação desse ideal só evitará os impasses do pretérito se tivermos em conta, em sua realização, que:

- a) O pan-americanismo só será possível com a aproximação dos povos da região;
- b) essa aproximação só poderá se viabilizar com o livre acesso à informação, sobretudo através do intercâmbio de bens culturais (que possibilitam proximidade afetiva, ou seja, efetiva), sobretudo por meio audiovisual (cinema, TV); e
- c) para que tal seja possível, é necessária e urgente a implementação de medidas com vistas à diversificação do conteúdo audiovisual importado, e à democratização dos meios de comunicação .

Só assim poderemos recuperar o tempo perdido e conquistar o direito – que até aqui nos tem sido sobejamente negado – de conhecer , por exemplo, o cinema de Jorge Sanjinés, a poesia de Vicente Gerbasi, a prosa de Roa Bastos, a voz de Andrea Etcheverry, conquistando simultaneamente novas alternativas de trabalho e de desenvolvimento pessoal e coletivo, além de um renovado olhar sobre nós mesmos. ■